

Pesquisando a própria família*

Sabrina Finamori**

Mais do que um livro que se destaque pelo ineditismo ao tratar de famílias de classes populares, *Três famílias* apresenta uma ousada proposta etnográfica e uma reflexão apurada sobre o fazer etnográfico. Logo na introdução, nos é informado que as três famílias referidas no título são a do autor, Luiz Fernando Dias Duarte, a da autora, Edlaine de Campos Gomes e a família Costa, pesquisada por Duarte entre as décadas de 1970 e 1980 e, posteriormente, num contato retomado no início dos anos 2000. Baseado em pesquisa histórica e etnográfica, o livro apresenta uma interessante análise transgeracional destas três famílias que se, por um lado, pode ser considerada polêmica, devido à peculiaridade da pesquisa, por outro, se mostra como um vigoroso exemplo das possibilidades analíticas presentes nos estudos de família.

A introdução apresenta a temática do livro, já anunciando a discussão sobre a particularidade da etnografia, que será melhor discutida no primeiro capítulo, onde os autores problematizam, em específico, como fazer pesquisa sobre a própria família, refletindo ainda acerca das implicações éticas do empreendimento. Cada um dos três capítulos que se seguem se referem a uma das famílias em questão, apresentando e analisando os dados etnográficos particulares a elas. Nas três

* Resenha de DUARTE, Luiz Fernando Dias e GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias. Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2008. Recebida para publicação em setembro de 2009, aceita em novembro de 2009.

** Doutoranda em Ciências Sociais – área de Estudos de Gênero –, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Bolsista Fapesp). sabrinafinamori@yahoo.com.br

famílias abordadas, os autores partiram de um casal fundador de referência e sua descendência, todas elas caracterizadas como famílias de camadas populares, nas quais a relação com a casa, o bairro, a localidade é também bastante importante. Os três últimos capítulos analisam, conjuntamente, as três famílias por meio dos eixos: casa, condições diferenciais de reprodução e autoafirmação.

Certamente, o ponto alto do livro é a refinada discussão feita na introdução e no primeiro capítulo sobre como, e porque, tomaram suas próprias famílias de origem como tema de pesquisa. Do mesmo modo, os capítulos sobre os Duarte e os Campos são os que apresentam a análise e a discussão etnográfica mais relevante. Contudo, no capítulo sobre os Costa destacam-se os ganhos analíticos de um trabalho de campo continuado e mesmo do retorno ao campo após muitos anos da pesquisa. O livro apresenta ainda um rico e extenso diálogo com grande parte da bibliografia sobre parentesco e família.

A prosa bem articulada e envolvente nos leva, logo na introdução, aos percalços enfrentados pelos autores ao empreenderem uma etnografia sobre a própria família. As tensões provocadas pelo trabalho se deram tanto nas primeiras apresentações públicas, nas quais se chegou a questionar a validade da etnografia como também no núcleo familiar. Nesse sentido, não só os ganhos do empreendimento são enfatizados, mas também, talvez até com maior ênfase, as possíveis limitações da proposta, como a disparidade de informação etnográfica entre os três casos ou o possível destaque nas etnografias a um “informante” privilegiado. No caso dos Campos, por exemplo, a proeminência da figura da filha mais velha do casal original, mãe de Edlaine, como “informante” privilegiada, à princípio pode parecer problemática, mas no conjunto da etnografia fica evidente o que ela representa em termos de agregação da família.

No decorrer dos capítulos, a grande rentabilidade analítica do trabalho acontece nos momentos em que os autores conseguem fazer uma leitura entrelaçada das diferentes condições

de gênero, geração, classe, raça, religião, localidade, que marcam cada circunstância analisada. Outro ponto relevante na análise diz respeito às formas de agência, marcadas tanto pelo entrelaçamento de categorias como por um forte senso de “pertencimento familiar”.

Gênero, em específico, embora não apareça como categoria central na análise, poderia ter sido melhor aproveitado em alguns momentos. Um deles é quando, na introdução, os autores problematizam as circunstâncias particulares da pesquisa. Ainda que eles mencionem que a diferença de gênero entre os dois pesquisadores é importante, na medida em que levou a um acesso diferencial a certos pontos de vista, eles não chegam a problematizar essa diferenciação. Nesse sentido, as diferenças geracionais entre os pesquisadores e suas implicações na pesquisa são mais esmiuçadas tanto na introdução como também ao longo da obra.

Há que se destacar que ao problematizar questões pessoais que permearam a etnografia sobre suas próprias famílias, os autores não fazem disso um exercício biográfico, mas partem dessa discussão para chegar a questões antropológicas mais amplas sobre parentesco, família, religião e sobre a própria feitura de uma etnografia. Embora muitos antropólogos recorram a redes pessoais para conduzir a pesquisa, poucos trazem isso a público. A coragem em apresentar publicamente a condição particular da pesquisa e o modo claro e direto com que informam ao leitor do que estão tratando, seus métodos, dificuldades, caminhos possíveis é um dos grandes méritos do livro e é por meio do que nos contam os próprios autores que, talvez, possamos inferir algumas diferenças entre as etnografias dos Duarte e dos Campos.

A proposta de realizar uma etnografia da própria família teria partido de Luiz Fernando Duarte, quando este coordenava o projeto “família, reprodução e *ethos* religioso”, do qual Edlaine Campos Gomes fazia parte. Em diversos momentos, a pesquisadora teria trazido dados da própria família para iluminar as questões que então estavam sendo estudados. A curiosidade

crescente do antropólogo o levou a propor que ela pesquisasse explicitamente sua família e que no relatório final houvesse uma reflexão sobre as implicações dessa decisão. A rentabilidade da proposta foi visível e Duarte decidiu incluir também sua própria família na pesquisa.

Os autores relatam o não-estranhamento de Edlaine ante a sugestão de Duarte em investigar sua família de origem. Esse não-estranhamento está claramente estampado na escrita à vontade dela sobre os Campos e no modo atilado como expõe e analisa questões pertinentes de sua etnografia em diálogo com uma extensa bibliografia sobre as questões que propõe.

A qualidade etnográfica, que salta à vista no capítulo sobre os Campos, pode se dever ao fato de a família da antropóloga ser mais numerosa, implicando assim um volume maior de informações e de questões ou mesmo devido ao tipo de etnografia empreendida – enquanto a etnografia dos Duarte é focada em duas gerações passadas, cujos membros já eram falecidos no momento da pesquisa, a dos Campos é apresentada também numa situação contemporânea. Contudo, é possível que a análise articulada e a escrita confortável de Edlaine estejam relacionadas a uma das questões relatadas no livro – não era a primeira vez que a antropóloga acionava “informantes” em sua rede de parentesco para uma pesquisa antropológica. Quando ainda era assistente de pesquisa, ela teria servido como

elo entre pesquisadores seniores e seus objetos de pesquisa por ser quem era: originária da Baixada Fluminense e das camadas populares, por associação, ainda que integrante de um ramo ascendente de sua rede familiar (35).

Essa é também uma questão importante acerca das pesquisas antropológicas com camadas populares nas favelas cariocas e na Baixada Fluminense, que se intensifica a partir de meados dos anos de 1980 com a emergência, na época, de alunos

provenientes de áreas periféricas à Universidade, os quais serviam como “informantes privilegiados” e facilitavam o acesso de pesquisadores a essas áreas. Desse modo, como destacado na introdução, não foi, para ela, grande novidade empreender pesquisa na própria família, embora tenha sido importante a passagem de auxiliar e “informante” à de autora. Há que se destacar assim a grande qualidade etnográfica do trabalho de Gomes bem como sua coragem em enfrentar questões teóricas importantes face aos dados provenientes de sua própria família.

A dinâmica das famílias de classes populares aparece freqüentemente relacionada à casa de origem, a um bairro ou uma localidade. Nesta obra, essa questão é examinada com especial atenção no quinto capítulo, no qual a análise se estende tanto para espaços particulares da casa – o quintal, a varanda ou a cozinha –, que podem ser fundamentais para a organização e reprodução familiar, como também para além dela – a vizinhança, o bairro no qual está inserida, as mudanças pelas quais o local passa ao longo do tempo. A casa aparece, então, como “espaço moral”, espaço da memória e mesmo como termo irmanado à família.

A proximidade das residências dos membros da família é mais um elemento considerado na análise, pois estaria relacionado à manutenção da reciprocidade. Mesmo num contexto em que se reconheça que os vínculos familiares estão se perdendo, a família parece ainda operar, em muitos contextos, como rede de socorro mútuo. Nesse sentido, o compadrio, por exemplo, continua a ser identificado como expressão de obrigações recíprocas. Outros elementos importantes a respeito da casa são a comensabilidade e a circulação de parentes, vizinhos, agregados e crianças nas três famílias analisadas. Segundo os autores, a casa pode ser experimentada como “casa da família”, “casa da família e local de passagem” e “casa da família e local de moradia”, enfatizando as correlações entre o local e o pertencimento familiar.

Casa e religião também se conectam. Entre os Costa, a matriarca era rezadeira e parteira, a casa assumia, portanto, o viés de templo quando os vizinhos e parentes eram recebidos na varanda para serem “rezados”. Entre os Duarte, Milton, um dos filhos do casal original, era médium e, muitas vezes, a casa serviu como ponto de reunião das sessões de “mesa branca”. Na família Campos, a matriarca era católica praticante, mas tinha relações com religiões afro-brasileiras, nas gerações seguintes as religiões neopentecostais ganharam espaço. Neste caso, o uso da casa como espaço religioso ganhava ainda peculiaridades devido à ocupação do quintal com pequenas casas geminadas. Assim, era comum que enquanto uma das noras incorporasse entidades de Umbanda, em outra casa estivessem rezando novenas e orações. As relações entre localidade, religião e família são particularmente analisadas na etnografia sobre os Campos, na qual a conversão de alguns membros da família a religiões evangélicas é marcada pela adesão da prática religiosa da mãe do marido, que é melhor entendida tendo em vista a regra de patrilocalidade, que parece reger aquele grupo – são as mulheres da rede familiar que se mudam para o “quintal” da família de seus maridos e adotam a religião da sogra. Em todas as famílias, o pluralismo religioso era freqüente, no caso dos Campos, em especial, a extensa conversão a religiões evangélicas levou a disputas de espaço e mesmo ao questionamento do pertencimento familiar, quando, por exemplo, os católicos passaram a considerar que a “família de fé” dos evangélicos estava assumindo maior importância do que a “família de sangue”.

No sexto capítulo, “Condições diferenciais de reprodução”, os autores inter cruzam categorias para analisar as condições e o acesso diferencial a bens de reprodução, enfocando o trabalho, o *habitus*, o estudo e a habitação. Aqui, mais uma vez, as relações entre localidade e família são fundamentais para compreender as relações com trabalho e estudo, por exemplo, entre os Costa e os Campos, que tiveram o acesso à escola dificultado pela

localização marginal da casa de origem, ao contrário do que teria ocorrido entre os Duarte.

Os autores destacam que a mais óbvia distribuição diferencial de recursos entre os membros de uma frátria se dá em função de gênero e posição, beneficiando os descendentes mais velhos, bem como os homens em relação às mulheres. Neste caso, ao analisar as trajetórias educacionais e de trabalho de homens e mulheres da segunda geração, especialmente nas famílias Campos e Costa, percebe-se resultados contraditórios. Embora as famílias tenham feito maiores investimentos sobre a afirmação dos homens, desde muito cedo, a prioridade para eles era o trabalho; assim, as mulheres acabaram tendo maior tempo de escolaridade, do qual se beneficiaram futuramente com melhores condições de trabalho no mercado de serviços, enquanto alguns de seus irmãos teriam ficado relegados à instabilidade dos trabalhos manuais.

A questão racial, por sua vez, é retomada ao se falar da corporalidade e das estratégias e trajetórias matrimoniais, invocando-se aqui a dimensão da “beleza”, da constituição física, dos estigmas e dos juízos relativos à “cor”. Na família Campos, a questão racial é relevante desde o casal original por meio da ideologia do branqueamento, claramente estampada na frase de Elza, a filha mais velha, quando se remete à memória familiar: “todo mundo só quer se lembrar dos portugueses”. Nas outras famílias, embora a questão não seja explícita, Duarte especula sobre as diferenças de “cor” entre os membros da frátria de seu pai, observada através do acervo fotográfico e das narrativas sobre a história familiar. O ponto mais interessante talvez seja a reflexão do autor sobre o silenciamento da questão racial na família, silenciamento este que o próprio pesquisador não conseguiu quebrar nas entrevistas, passando, então, segundo ele mesmo, a participar da perpetuação nativa do silêncio.

O último capítulo retoma o importante trabalho de Luiz Fernando Duarte (1986) sobre a vida nervosa na classe trabalhadora, abordando, de modo mais pormenorizado, as categorias de individualização e individuação. Os autores

concluem, contudo, que nenhuma dessas categorias daria conta de tratar das identidades, projetos e processos de reprodução das famílias que abordam, as quais, embora sejam de classe popular, encontram-se entre as camadas menos pauperizadas e com possibilidades de acesso a condições de reprodução que permitiram a alguns de seus membros ascenderem à classe média, o que teria ocorrido, por exemplo, com os ramos dos quais eles próprios fazem parte. Optam, então, por utilizar a categoria auto-afirmação. Destacam ainda que o processo de auto-afirmação está ligado à classe, idade, desenvolvimento de unidade doméstica, circunstâncias históricas conjunturais e, portanto, só fazem sentido situacionalmente. As possibilidades de agência e auto-afirmação são assim dependentes do inter cruzamento de múltiplos fatores. Desse modo, retomam “situações” de cada família nas quais houve um processo de auto-afirmação, fosse por nuclearização familiar, estudo, profissionalização ou militância política. Destacam, por fim, que quando esses processos são bem-sucedidos podem levar à transição para uma nova condição e identidade social, embora fique claro também que a tensão permeia o processo: na medida em que um ramo familiar ascende socialmente, as relações com a família original tornam-se mais sujeitas a sofrer abalos.

Se toda escolha por um recorte ou perspectiva metodológica pode comportar limitações, a boa etnografia é, em geral, aquela que tira o melhor proveito possível das opções que fez. Os autores destacam que o livro é um experimento e como experimento pode ter limitações e estar sujeito a controvérsias, é, contudo, um livro muito bem-sucedido e bem-vindo exatamente pelas controvérsias e debates que põe a claro. Unindo boa etnografia, diálogo constante com uma extensa bibliografia sobre família e parentesco e uma escrita que entrelaça de modo competente etnografia e teoria, o livro conduz o/a leitor/a por uma contundente análise que não deixa dúvidas sobre a relevância continuada do campo de estudos de família para a antropologia. O livro é de interesse tanto para aqueles que estudam família ou religião como também para

qualquer antropólogo interessado numa instigante discussão sobre etnografia.

Referência bibliográfica

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/CNPq, 1986.